

XIX ENCONTRO REGIONAL DA SEÇÃO SÃO PAULO DA ANPUH

"Poder, violência e exclusão"

Prezados Coordenadores,

Segue em anexo meu texto completo, espero que seja possível incluí-lo no caderno de resumos e no CD, ainda hoje estarei enviando, via fax, o comprovante de pagamento de inscrição. Até mais...José Maria Trajano.

8 a 12 de setembro de 2008

Local: FFLCH da USP – (Cidade Universitária/campus Butantã).

Seminário Temático 33 - Repensando a Resistência Indígena: História e Historiografia.

Coordenadores: John M. Monteiro (Unicamp) e Maria da Glória Porto Kok (Unicamp).

O Processo de Construção e de Autonomia da Aldeia Beija-flor em Rio Preto da Eva-AM: conflitos, parcerias e diálogos entre atores indígenas e não-indígenas na Amazônia brasileira.

José Maria Trajano Vieira

Doutorando em Antropologia Social no PPGAS/IFCH/Unicamp e Prof^o do Curso de Antropologia no Instituto Natureza e Cultura/Campus do Alto Solimões/UFAM.

A comunidade indígena Beija-Flor está localizada junto à sede do município de Rio Preto da Eva, Estado do Amazonas, e distante aproximadamente 88 Km da capital, Manaus. Foi

no centro de Manaus, mais precisamente na praça de artesanato, por meio de indígenas que ali comercializam seus artefatos que tomamos conhecimento da existência da comunidade em pauta, bem como do litígio, envolvendo índios e não-índios, pela posse da área, e o convite informal para visitarmos o local.

Acompanhado por José, indígena Tikuna, parti no dia 28 de janeiro de 2008, às 13 h da Feira da Banana, próxima ao porto, no centro de Manaus em ônibus “direto”, com apenas uma pequena parada de uns 5 minutos para apanhar passageiros no Terminal Rodoviário Urbano da capital, às 15 h desembarcamos no Terminal Rodoviário de Rio Preto da Eva, daí caminhamos por mais uns 15 minutos até chegar à sede da aldeia, onde fomos recebidos pelo Tuxaua Fausto, da etnia Sateré-Mawé, com o qual recebemos as primeiras informações acerca da comunidade. Nessa tarde dialogamos com moradores da comunidade, fomos hospedados na casa de Joaquim Sampaio, da etnia Tukano, no início da noite damos uma volta na cidade, acompanhado por Sérgio, filho de Joaquim e uma das lideranças da comunidade e retornamos para a casa de Joaquim onde pernoitamos.

Na manhã do dia 29, acompanhado pela enfermeira da Ong Saúde Sem fronteiras, Guiomar e por José Tikuna, damos início a um levantamento por residência e por família, enquanto na parte da tarde nos serviram de guias e interlocutores o agente de saúde da comunidade, o Tukano João, também filho de Joaquim, e a agente de saúde do município, bem como a referida enfermeira. Ao final do dia computamos 12 famílias residentes em igual número de casas e 61 pessoas assim distribuídas, pertencentes às etnias indígenas Sateré-Mawé 16, Tukano 06, Arara 01, Desana 06, Tuiuka 03, Maiuruna 09, Kambéba 01, Baré 16, Makuxi 01 e Mura 01. Uma família indígena Baniwa mora no bairro da paz em Rio Preto da Eva, mas tem roça na aldeia para onde vem fazer farinha. No início da noite realizamos uma reunião na maloca a qual contou com a participação da maioria dos indígenas da comunidade, sendo que ao final foram elaboradas reivindicações, conforme o exposto abaixo.

Demarcação da Comunidade Indígena Beija-Flor I;

Apoio para a viabilização de um projeto de manejo de árvores e abelhas (Proposto pela

Associação Etno-ambiental Beija-Flor e enviado ao PDPI em 2007, esse projeto nem foi analisado por a área não ser demarcada);

Implantação de ensino diferenciado (Escola Indígena);

Perfuração de poço artesiano;

Instalação de energia elétrica em todas as casas;

Apoio a implantação de hortas e plantas medicinais;

“Resgate” cultural e desenvolvimento sustentável;

Incentivo à produção e comercialização de artesanato.

Antecedentes:

Em 1988 o norte-americano Richard Melnyk teve seu domínio reconhecido pelo Governo do Estado sobre uma área com superfície de aproximadamente 81 hectares localizada em Rio Preto da Eva.

Em 1991, Melnyk convidou índios que trabalhavam com ele em sua loja de artesanato indígena em Manaus para se instalar na área de Rio Preto da Eva.

Em 1994, cerca de 40 ha da superfície da área onde residiam os índios foi objeto de permuta realizada por um procurador de Melnyk com a Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva. Os índios cujas casas encontravam-se no interior da fração permutada, tiveram que se mudar para os fundos do terreno.

Em 1997, por Escritura de Compra e Venda o procurador Antônio Geraldo vendeu a área remanescente de 41,63 hectares de Melnyk para Arlene Monteiro.

Em 1998, a Prefeitura de Rio Preto da Eva autorizou a implantação do loteamento Belo Horizonte nas terras vendidas a Arlene Monteiro. Em consequência disso, começaram a chegar terceiros na área para limpar a área dos lotes alienados, entrando em conflito com os índios que ali se encontravam, que não permitiram a implantação do loteamento nas terras em que residiam. Possivelmente devido aos conflitos, a correspondente autorização para

implantação do loteamento foi revogada. Em função disso, Arlene Monteiro propôs contra os índios uma Ação de Reivindicação de Área que tramita na 3ª Vara Federal de Manaus. Os índios, de sua parte, propuseram uma Ação de Atentado pelas agressões que vinham sofrendo dos prepostos da referida senhora. Também protocolaram uma denúncia em 2000, solicitando providências contra as invasões da área em que residem. Em 2001, ocorreu o óbito de Melnyk, não tendo deixado o mesmo nem testamento e nem, ao que se saiba, herdeiros.

Aspectos gerais:

Praticamente todos os índios da comunidade Beija-Flor falam a língua materna, sendo que algumas pessoas dominam mais de uma língua indígena e outras ainda apresentam dificuldades para se expressar na língua portuguesa. Mais da metade da área em pauta é de mata nativa e é banhada por um igarapé, afluente do Rio Preto, aonde é possível tomar banho e pegar pequenos peixes. Algumas casas possuem energia elétrica e água encanada, na comunidade não há escola, as crianças indígenas freqüentam as escolas dos brancos na cidade, alguns dos jovens cursam o magistério e cursos técnicos. Algumas casas da comunidade são construídas com chão de terra batida (cimento ou madeira), paredes de tábuas de madeira (de casca de envira ou abertas) e cobertura de telha de amianto (ou de palha de inajá). Alguns indígenas possuem moto-serras para a extração de madeiras e trabalham para patrões madeireiros ou a utilizam para uso comunitário. Atualmente foram adquiridas máquinas pela comunidade que montou uma serraria em frente à aldeia a qual tem servido para beneficiar madeiras para a construção de novas casas. De modo geral, no interior das residências existem prateleiras (giraús) de madeira branca envira ou palmeira paxiúba nas quais utensílios domésticos (cuia, panelas, pratos, canecas, talheres) e comida (animas e peixes já preparados para o consumo humano etc.) são colocados; acima dos giraús há uma esteira onde se conserva pimenta moqueada, nos cantos das casas são pendurados caniços para pescaria, nas paredes são expostos esteiras, máscaras e desenhos com motivos indígenas, ganchos para pendurar as redes, algumas famílias possuem armários e eletrodomésticos tais como televisores, rádios, ventiladores, geladeira, fogão a gás e a lenha, máquina de costura, Dvd, celular etc.; No interior da aldeia foi erguida uma

grande casa aberta (maloca), coberta com folha de babaçu, que é utilizada para a realização de reuniões, cultos religiosos da igreja presbiteriana aos domingos, apresentações artísticas, recepção de turistas, venda de artesanato etc. Uma outra casa grande semelhante foi construída pela igreja adventista a uns 200 metros da maloca e tem sido utilizada para a realização de cultos evangélicos aos sábados. Também há uma casa de farinha na aldeia. A maioria das famílias vive da produção e venda de artesanato fabricado com matéria-prima coletada na própria aldeia: Tucún, pau molongó, ingarana, morototó, xumbarana, tucumã, açai, inajá, semente de pau-brasil etc. Com esses produtos fabricam brincos, anéis, colares, bancos, peneiras, jarros, urutus, pulseiras, tatus, canoas etc. com motivos indígenas: pintura de guerra, esqueleto de macaco, formiga tucandeira entre outros. A comercialização de artesanato é feita tanto no local, quanto no mercado de Manaus ou ainda exportada para a Inglaterra. Entre as ocupações encontramos: um agente de saúde, um trabalha na colheita de laranja numa fazenda da região, um numa loja de eletrodomésticos, dois de servente de pedreiro, dois madeiros, costureiras, aposentados do INSS, a maioria das famílias recebem R\$ 75,00 mensais do Programa Bolsa-Família, no final do ano receberam cestas básicas. Algumas famílias criam coelhos, galinhas, patos, cachorros, gatos e uma delas tem um tucano. Na agricultura produzem batata-doce, cana, coco, limão, fruta de conde, graviola, mandioca, macaxeira, manga, jaca, cupuaçu, biribá, ingá, pupunha, cajú, abacate, banana, açai, já para a plantação de melancia, feijão, abóboras, maxixe e alguns outros cultivos, a terra é pouco fértil. A maioria dos indígenas dorme em redes e alguns em camas ou esteiras (tupé).

Outras 54 pessoas, pertencentes às etnias Tukano 14, Desana 1, Apurinã 24, e mais 10 indivíduos dos quais não houve a identificação da etnia e 5 que se auto-declaram amazonenses habitam a área Beija-Flor 2 (distante 13 Km do local, sendo 12 por estrada e 1 por rio); 96 pessoas das etnias: Mayuruna 10, Marubo 38, Sateré-Mawé 21, Mura 14, Cocama 1, Canamari 1, Culina 6 e mais 5 Amazonense residem na comunidade Beija-Flor 3 (distante 40 Km por estrada do local) (FUNASA, 2008) num local “rio abaixo”, mantendo, contudo relações sociais e de parentesco com os membros da comunidade em questão.

O Motivo que levou os membros da comunidade indígena Beija-Flor a procurarem o apoio da FUNAI foi à ocorrência de conflitos envolvendo a posse da área em que residem e problemas com os demais munícipes e autoridades municipais. E como se os poderes públicos quisessem ocultar a presença dos índios, embora seja de conhecimento geral da população local a existência e localização da “Reserva Indígena”. Além da pressão dos não índios vizinhos, a comunidade vivencia ainda pressões de outras famílias indígenas que desejam se apossar de tratos de terra no interior da mencionada superfície de 41,63 ha. Alguns índios que já residiram na área cedida pelo falecido Melnyk moram atualmente em outros pontos de Rio Preto da Eva. Há uma compreensão de que Melnyk teria destinado a área “para os índios”, assim, aqueles que se instalaram no local desde o início e vêm defendendo a posse da área contra as adversidades já mencionadas reclamam o direito constitucional de usufruto exclusivo da área, em detrimento daqueles indígenas que se dispersaram pela região.

Parece claro que a área foi destinada por Melnyk à posse das famílias indígenas, e por elas ocupada de modo contínuo de 1991 até o presente. As lideranças da comunidade Beija-Flor entendem que era desejo de Melnyk transmitir seus bens, ou parte deles, aos índios.

A área proposta é tradicionalmente ocupada pela população local, nos termos da legislação vigente, ou seja, parágrafo 1 do artigo 231 da Constituição Federal, Lei 6001/73, Decreto 1775/96 e Portarias: nº 239-FUNAI/91 e 14-MJ/96. Por todos esses motivos, é preciso reconhecer a área indígena Beija-Flor como Terra Indígena de propriedade da União. Com isto, estar-se-á garantindo que a área não seja foco de tensões sociais, desmatamento e valorizando e preservando as culturas e identidades dessas diversas etnias que reivindicam o direito de serem indígenas, o respeito às suas diferenças e a demarcação de seu território, um dever do Estado. A demarcação dessa área é fundamental para que os recursos naturais da Terra Indígena sejam preservados e os índios possam exercer suas formas de manejo adequadamente e sem conflitos com os não-índios. Uma preocupação dos indígenas é a de manter a harmonia com o meio ambiente dessa área. Com maior ou menor intensidade, proporcionalmente aos fatores de pressão externa e as suas próprias necessidades, toda a área pleiteada para compor essa Terra Indígena é atualmente ocupada por diversas etnias

indígenas segundo seus usos, costumes e tradições. Ao critério das condições do ambiente (propício à reprodução física e cultural) somou-se, portanto, o do uso atual dessas áreas, segundo os moldes e padrões culturais indígenas. A população total desses índios é de 61 pessoas. Mas é preciso considerar que os indígenas que têm interesse e dependem desse território são mais numerosos, pois as famílias vindas de bairros da cidade de Rio Preto da Eva visitam freqüentemente a área, sendo que algumas delas tem parentesco com os comunitários e cultivam roça nas comunidades. Finalmente se considerarmos o trânsito indígena constante entre as áreas indígenas Beija-Flor 1, 2 e 3 (as duas últimas também não demarcadas) para garantir sua sobrevivência essa população flutuante pode se elevar mais ainda.

Em setembro de 2007 as comunidades Beija-Flor 1, 2 e 3 foram trabalhadas pelo Projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia”, coordenado pelo antropólogo Alfredo W. B. de Almeida, com o apoio da Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões e da Fundação Ford, de modo que no final de março do corrente ano o tuxaua Fausto se comprometeu a enviar a DAF um exemplar com o mapeamento da comunidade, resultante da oficina de mapas realizada na comunidade Beija-Flor 1, assim teremos um melhor conhecimento da área em causa e mais subsídios para um possível trabalho de regularização fundiária.

A comunidade indígena Beija-Flor resente-se da falta de segurança social derivada das situações de conflito com os não-índios, de ameaças de despejo, do stress psicológico sofrido, bem como da omissão e falta de assistência jurídica do Estado Nacional, necessitando de uma atuação efetiva do órgão indigenista oficial.

Tendo em vista o exposto, sugerimos à Diretoria de Assuntos Fundiários da FUNAI a criação de Grupo de trabalho para realização de estudo de identificação e delimitação da área indígena de 41,63 ha.